

Os riscos da hiperinflação 27 frente à mudança de governo

27 SET 1000

João Carlos
Paes Mendonça



Há apenas três meses estávamos temerosos sob as nuvens sombrias da hiperinflação e da recessão econômica. Então, o senhor ministro da Fazenda, numa louvável demonstração de democracia e de transparência, convocou as lideranças empresariais e políticas do País, abrindo-lhes os números da economia e das contas públicas, para demonstrar por A mais B que a economia não estava tão descontrolada como era propagado e que aquelas expectativas sombrias eram muito mais fruto da sinistrose que assola o País do que o resultado de fatos concretos.

Naquela ocasião, reconhecia o senhor ministro que havia problemas estruturais graves em nossa economia, que a inflação no patamar dos 30% muito dificilmente poderia ser eliminada neste final de governo, mas, por outro lado, os indicadores conjunturais do desempenho econômico recente, em especial o controle do déficit operacional do governo, mostravam-se relativamente satisfatórios e afastavam o risco de exacerbação inflacionária.

O tempo mostrou que o ministro estava certo. A hiperinflação e a estagnação não chegaram. As estimativas de crescimento do PIB transformaram-se de negativas para positivas, ainda que modestas. O desempenho das vendas dos supermercados, indicador seguro do consumo e da atividade econômica, mostra, em agosto, crescimento real da ordem de 19% em relação a agosto do ano passado, número auspicioso, mesmo considerando-se o fraco desempenho das vendas no ano passado. Os indicadores de desemprego, em queda, especialmente em São Paulo e nos mais estados do Sul e Sudeste, situam-se entre as menores taxas dos últimos anos.

Nesse cenário, a nota destoante é a diferença entre os números dos estados do Sudeste e os do Nordeste, onde Recife aparece como campeão nacional do desemprego, reflexo do aprofundamento das disparidades inter-regionais.

Ainda assim, embora mais modestamente, a economia nordestina também acompanha a recuperação nacional.

Em suma, a catástrofe previsível há poucos meses, simplesmente não ocorreu. E o fenômeno Brasil mais uma vez contrariando, se não as teorias econômicas, pelo menos as conclusões que alguns economistas extraem delas.

É verdade que não vivemos no melhor dos mundos. A nossa economia e a nossa sociedade estão confusas, incertas quanto ao futuro, em busca das definições macro que balizem as decisões privadas que necessariamente têm que ser tomadas. Nesse campo de espera, cada um

procura resguardar seus ativos, enfrentando os vã-véns entre o mercado financeiro e o dos ativos reais, respaldado na indexação generalizada para conviver melhor com a inflação.

Uma inflação que, após uma parada, em agosto, volta a mostrar vitalidade, apontando para 33% neste mês. A hiperinflação, portanto, continua sendo uma possibilidade plausível, uma eterna espada de Dâmocles pendente sobre as cabeças de todos os brasileiros. Mas, fiquemos bem certos, é apenas uma possibilidade. Não é, de forma alguma, uma certeza. A concretização dessa possibilidade dependerá do comportamento dos agentes econômicos, seja o governo federal, seja os governos estaduais e municipais, os empresários, os trabalhadores, a classe política. Em resumo, todo o espectro sócio-econômico-político do País.

Na incerteza, todos passamos a nos guiar por "slogans", boatos e por declarações apressadas, nem sempre baseados em fatos concretos. Os constantes boatos de novo congelamento, embora nunca confirmados, sempre têm o efeito perverso de estimular aumentos preventivos de preços, alimentando em alguns pontos as taxas de inflação.

A versão econômica em moda é de que o recente crescimento do consumo representa um explosivo aquecimento da demanda altamente inflacionário. Essa versão, felizmente, esbarra nas altas taxas de juros e de remuneração da poupança, que continuam atraindo os possíveis excessos de dinheiro que poderiam ser carreados para o consumo. Dificilmente todas as pessoas destinarão suas economias para a demanda de bens.

O governo, apesar da pequena área de manobra permitida pelas benesses constitucionais, que lhe impedem o efetivo comando das despesas públicas, continua empenhado firmemente no controle da liquidez. Aliás, também está em moda atribuir ao governo Sarney a responsabilidade exclusiva por tudo que aí está, como se todos os problemas pudesse serem resolvidos no dia seguinte à posse do novo presidente, pela simples troca de comando. A expectativa frustada da Constituição salvadora da Pátria, transfere-se agora para a eleição presidencial.

Ora, ninguém tem dúvida de que a inflação brasileira tem causas estruturais, muitas delas mais antigas que o governo Sarney. A solução de problemas estruturais é lenta e dolorosa. Até o momento não houve vontade política da sociedade para enfrentar o custoso processo de ajuste necessário, apelando-se para fórmulas mágicas, que não deram resultado, embora apoiadas nas idéias de eminentes economistas e de amplos segmentos representativos da sociedade. E agora não há mais tempo nem clima para novos experimentos. Parece-nos correta a posição do governo em procurar manter a inflação nos níveis atuais.

realizando os ajustes possíveis das contas públicas, de modo a permitir a transição de governo, sem maiores sobressaltos.

O novo presidente, a quem necessariamente cabe a tarefa de retomar o combate à inflação, enfrentará os mesmos problemas, quando precisar do apoio político e social necessário para adotar medidas realistas que sejam imponíveis ou que atinjam privilégios há muito adquiridos. Ainda assim, acredita

tamos que esse apoio não faltará, pois o espírito brasileiro sempre foi construtivo, eficiente e realista, desde que haja um programa eficiente e sério, escorado em credibilidade.

Até lá, temos que nos precaver contra o derrotismo, o catastrofismo, os boatos, o modismo de dizer que o Brasil não tem mais jeito.

João Carlos Paes Mendonça
é presidente do grupo Bom-
preço.